



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PROBILADO NO D. O. U.
C	De 08 / 11 / 2000
C	§
	Rubrica

245

Processo : 13656.000197/96-58
Acórdão : 203-06.787

Sessão : 12 de setembro de 2000
Recurso : 106.183
Recorrente : ALCOA ALUMÍNIO S.A.
Recorrida : DRJ em Juiz de Fora - MG

NORMAS PROCESSUAIS – AÇÃO JUDICIAL – A opção do contribuinte pela via judicial inibe, definitivamente, a apreciação da matéria em sede administrativa. **Recurso voluntário não conhecido. PIS - DEPÓSITO PARCIAL – MULTA POR LANÇAMENTO DE OFÍCIO –** O depósito de parte do crédito tributário discutido (depósito não integral, portanto) não suspende a exigibilidade do crédito tributário e enseja a exigência de multa por lançamento de ofício pela Fazenda Pública. Por outro lado, a multa por lançamento de ofício deve limitar-se a 75%, em face da superveniência de norma mais benigna (ADN COSIT nº 01/97). **Recurso de ofício parcialmente provido para restabelecer a exigência da multa calculada pelo percentual de 75%.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: **ALCOA ALUMÍNIO S.A.**

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes: I) por unanimidade de votos, em não conhecer do recurso voluntário, por opção pela via judicial e em razão da arguição de matéria preclusa em fase recursal; e II) por maioria de votos, em dar provimento parcial ao recurso de ofício, nos termos do voto do Relator-Designado. Vencidos os Conselheiros Mauro Wasilewski (Relator), que negava provimento, Daniel Correa Homem de Carvalho e Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz (Suplente), que davam provimento parcial ao recurso para aplicação proporcional da multa de ofício ao depósito efetuado a menor. Designado para redigir o Acórdão o Conselheiro Renato Scalco Isquierdo. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Lina Maria Vieira e Francisco Mauricio R. de Albuquerque Silva.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2000


Otacilio Dantas Cartaxo
Presidente


Renato Scalco Isquierdo
Relator-Designado

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Lisboa Cardoso (Suplente) e Henrique Pinheiro Torres (Suplente).

Eaal/cf/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13656.000197/96-58
Acórdão : 203-06.787

Recurso : 106.183
Recorrente : ALCOA ALUMÍNIO S.A.

RELATÓRIO

Trata-se de lançamento de Contribuição ao PIS parcialmente mantido pelo julgador singular, que ementou sua decisão da seguinte forma (fls. 160) e recorreu de ofício:

“CONTRIBUIÇÃO PARA O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO SOCIAL – PIS

NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO - CRÉDITO TRIBUTÁRIO

*. **CONSTITUIÇÃO. MEDIDAS JUDICIAIS.** É atividade vinculada da autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento, mesmo quando a contribuinte, em face de ação de mandado de segurança, tenha promovido depósitos judiciais, tendo a autoridade lançadora efetuado imputação proporcional dos respectivos valores, promovendo a lavratura de Autos de Infração distintos para as situações de suspensão de exigibilidade e diferenças exigíveis.*

LANÇAMENTO PARCIALMENTE PROCEDENTE.”

Assim, adoto, até fls. 158, o relatório da decisão recorrida (fls. 160 a 163).

Em sua peça recursal, a Contribuinte alega, em resumo, que: relata o processo; o cálculo do Auditor está desconforme com o parágrafo único do art. 6º da Lei Complementar nº 07/70; a conversão para UFIR somente pode ocorrer no vencimento da obrigação; a planilha anexa demonstra, levando-se em conta o faturamento do 6º mês anterior ao do vencimento da obrigação tributária, que os depósitos judiciais superam o valor devido; os quatro autos de infração devem ser anulados e que proceda novos cálculos para verificar a suficiência ou não dos depósitos judiciais; e requer a reforma da decisão da DRJ e o procedimento de novo cálculo.

Em suas contra-razões, a PGFN, sem qualquer fundamentação fática ou jurídica, conclui da seguinte forma: “espera a recorrida seja negado provimento ao recurso”.

É o relatório.



Processo : 13656.000197/96-58
Acórdão : 203-06.787

VOTO VENCIDO DO CONSELHEIRO-RELATOR MAURO WASILEWSKI

Tratam-se de dois recursos, de ofício e voluntário, relativos a lançamento realizado para prevenir decadência.

Quanto ao recurso de ofício, o julgador monocrático, mantendo o crédito tributário com base na imputação proporcional dos valores depositados judicialmente, excluiu a multa de ofício até a publicação da sentença de primeiro grau, cabendo apenas a multa de mora a partir da publicação da sentença até este momento.

Assim, nego provimento ao recurso de ofício para manter íntegra a decisão recorrida, em relação às multas de ofício e de mora.

No que respeita ao recurso voluntário, este se limitou a questionar a não obediência de autuação ao aspecto relativo ao pagamento no sexto mês a partir do fato gerador e a conversão da base de cálculo em UFIR, também, a partir do fato gerador.

Todavia, essas são matérias preclusas na fase recursal, posto que não foram objeto da Impugnação de fls. 140/148 e, obviamente, não tratadas na decisão recorrida.

Por outro lado, em face da ação judicial proposta pela Recorrente, o julgador monocrático julgou parcialmente procedente o lançamento efetivado para prevenir decadência, considerando suspensa a exigibilidade do crédito tributário até o trânsito em julgado da ação judicial.

Assim, deixo de conhecer do recurso voluntário, pelo fato de a matéria nele suscitada não ter sido discutida na instância prima e em face à opção pela via judicial.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2000

MAURO WASILEWSKI



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 13656.000197/96-58
Acórdão : 203-06.787

VOTO DO CONSELHEIRO RENATO SCALCO ISQUIERDO
RELATOR-DESIGNADO

Permito-me discordar do voto do ilustre Conselheiro-Relator no que tange à incidência da multa por lançamento de ofício.

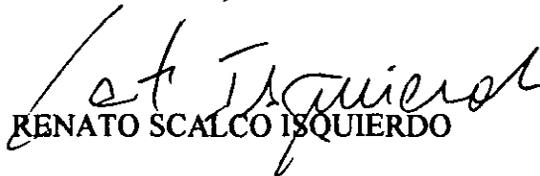
No momento do lançamento, os valores depositados eram inferiores aos devidos, e, portanto, não tinham o efeito de suspender a exigibilidade do crédito tributário. O Código Tributário Nacional, em seu artigo 151, II, expressamente consigna que suspende a exigibilidade do crédito tributário "o depósito do seu montante integral". O depósito de parte do crédito tributário (não integral, portanto) não suspende a exigibilidade do crédito tributário.

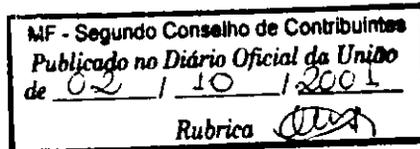
Entendimento pacífico deste Colegiado, nos casos de não estar suspensa a exigibilidade do crédito tributário, é no sentido de ser cabível a aplicação de multa por lançamento de ofício, e que a simples propositura de ação judicial, ainda que de forma preventiva, não representa empecilho para tanto.

Por outro lado, a multa deve limitar-se ao percentual de 75%, tendo em vista a superveniência de norma mais benigna (ADN COSIT nº 01/97).

Por todos os motivos expostos, voto no sentido de dar provimento parcial ao recurso de ofício para restabelecer a exigência da multa por lançamento de ofício, limitada esta ao percentual de 75%.

Sala das Sessões, em 12 de setembro de 2000


RENATO SCALCO ISQUIERDO



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 203-06.787

Processo : 13656.000197/96-58

Recurso : 106.183

Sessão : 21 de junho de 2001

Embargante : ALCOA ALUMÍNIO S.A.

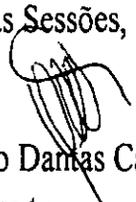
Embargada : Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – OMISSÃO DO ACÓRDÃO – INOCORRÊNCIA - Rejeita-se embargos de declaração opostos contra acórdão que deixou de examinar matéria considerada preclusa, por não ter sido evocada na primeira instância. A análise da impugnação e da decisão monocrática deixam evidente a correção do acórdão embargado, em face da falta de questionamento da matéria na instância inicial. **Embargos rejeitados.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração interposto por:
ALCOA ALUMÍNIO S.A.

RESOLVEM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por maioria de votos, rejeitar os embargos de declaração ao Acórdão nº 203-06.787, nos termos do voto do Relator.** Vencida a Conselheira Maria Teresa Martínez López. Ausente, justificadamente, o Conselheiro Francisco Maurício R. de Albuquerque Silva.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2001


Otacilio Dantas Cartaxo
Presidente


Renato Scalco Isquierdo
Relator

Participaram, ainda, do presente julgamento os Conselheiros Antonio Augusto Borges Torres, Francisco Sérgio Nalini, Mauro Wasilewski e Francisco de Sales Ribeiro de Queiroz (Suplente).
Iao/ovrs



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 203-06.787

Processo : 13656.000197/96-58

Recurso : 106.183

Embargante : ALCOA ALUMÍNIO S.A.

RELATÓRIO

Trata-se de embargos de declaração interpostos pela empresa interessada, acima identificada, contra o Acórdão nº 203-06.787 (fls. 197 e seg.). Segundo a embargante, o acórdão referido "incurreu em omissão ao afirmar que a embargante teria inovado em suas razões de recurso voluntário, e deixar de se manifestar acerca da **determinação da base de cálculo do PIS com base no faturamento do sexto mês anterior**".

Diz a embargante que, em sua impugnação de fls. 140 a 148, expressamente requereu que "*proceda à declaração de nulidade do auto de infração ora impugnado, ou, caso não seja esse seu entendimento, que julgue totalmente improcedente a autuação, determinando o arquivamento da presente ação fiscal, ou, ainda, que ande o mesmo em função dos erros de cálculo*". Evocando esse trecho da impugnação e parte da decisão de primeira instância, afirma que reconheceu-se a aplicação da lei Complementar nº 07/70, e que o acórdão omitiu-se quanto às expressas manifestações feitas quanto a aplicação da referida Lei Complementar.

Portanto, completa a embargante, não poderia o acórdão considerar preclusa a matéria, pois a decisão recorrida expressamente afirmou a aplicabilidade da Lei Complementar nº 07/70, para fins de apuração e cálculo do valor do crédito apontado como devido. No recurso voluntário, a embargante somente especificou aquilo que genericamente estava reconhecido pela decisão recorrida, ou seja, a semestralidade, que decorre da interpretação da Lei Complementar nº 07/70 que se entendeu ser aplicável no caso concreto.

Pede, por conseguinte, e pelos fundamentos referidos, a correção da omissão apontada, reconhecendo a semestralidade da apuração do PIS, sem correção monetária. Diz que a decisão final administrativa sem essa manifestação não terá efeito prático, e estará, em última análise, deixando de decidir. A Fazenda Nacional não saberá exatamente em que foi vencedora e a embargante no que restou vencida. Ressalta, por fim, que a correção do acórdão não terá nenhum efeito de alteração ou modificação do julgado, mas apenas o tornará aplicável, e que, de outro modo, será iniciada nova discussão judicial acerca do tema e não terá o procedimento administrativo (que já dura dez anos) cumprido sua finalidade.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 203-06.787

Processo : 13656.000197/96-58

Recurso : 106.183

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR RENATO SCALCO ISQUIERDO

Os embargos foram interpostos tempestivamente, e tendo atendidos aos demais pressupostos processuais para sua admissibilidade, deles tomo conhecimento.

Os embargos não procedem, pois não há, no acórdão hostilizado, qualquer omissão a ser corrigida. De fato, a embargante faz um enorme esforço para tentar demonstrar que houve pré-questionamento da matéria “semestralidade da apuração do PIS”, quando, pelo exame da impugnação, verifica-se que toda a controvérsia centrava-se na aplicabilidade da Lei Complementar nº 07/70 e dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449 de 1988, bem como na exigência da multa e dos juros, em face da propositura de ação judicial e da suspensão (ou não) da exigibilidade do crédito tributário pela efetivação dos depósitos judiciais.

A própria empresa impugnante, aliás, pedia a aplicação dos decretos-leis citados, quando, na impugnação afirmara:

“Ora, até o advento da Resolução do Senado Federal n. 49, de 09/10/1995, que suspendeu a vigência dos Decretos-lei nºs 2.445 e 2.449/88, o contribuinte não poderia ser compelido a recolher a contribuição ao PIS à alíquota de 0,75%, conforme previsto na lei Complementar 07/70, uma vez que referidos Decretos-Lei ainda se encontravam em vigor. Dessa forma, a alíquota de 0,75% não pode ser considerada para o período que vai de 30/09/91 a 09/10/95, razão pela qual devem os cálculos ser refeitos.”

A decisão monocrática somente fez referência à aplicabilidade da Lei Complementar nº 07/70 em razão dessa questão suscitada pela impugnante.

Não se pode confundir as questões decorrentes da aplicação da alíquota prevista na Lei Complementar, para, de forma genérica, transmutar o foco da lide a inúmeras outras questões decorrentes da aplicação da Lei Complementar, entre as quais se inclui a forma de apuração da base de cálculo semestral ou não.

Não houve por parte da embargante, qualquer questionamento, na impugnação, sobre a periodicidade ou temporalidade da apuração da base de cálculo do PIS, questão essa que somente foi suscitada no recurso voluntário. Correta, portanto, a decisão contida no acórdão embargado no sentido de considerar a matéria preclusa, por falta de pré-questionamento na instância inicial. Aliás, se tivesse ocorrido o questionamento na impugnação, como quer fazer crer



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO ACÓRDÃO Nº 203-06.787

Processo : 13656.000197/96-58

Recurso : 106.183

a embargante, a decisão de primeira instância seria nula, porquanto teria deixado de apreciar com clareza a matéria, até mesmo porque envolveria alteração do valor do crédito tributário.

Não se verifica, portanto, a omissão apontada pela embargante. O acórdão embargado corretamente considerou a matéria, relativa à semestralidade da apuração do PIS, preclusa.

Por todos os motivos expostos, voto no sentido de rejeitar os embargos interpostos.

Sala das Sessões, em 21 de junho de 2001


RENATO SCALCO ISQUIERDO